

A diversidade do pensamento cultural na Geografia: das origens alemãs à Escola Francesa

The diversity of cultural thought in Geography: from German origins to the French School

La diversidad del pensamiento cultural en Geografía: desde los orígenes alemanes hasta la Escuela Francesa

Bruno Picchi – picchigeo@gmail.com

Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural e Social – USP

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6847-0936>

RESUMO

Este artigo propõe uma análise da diversidade do pensamento cultural na Geografia a partir das contribuições das escolas alemã, de Berkeley e francesa, conforme sistematização teórica de Valverde (2019) e sua complementação em Valverde (2024). O objetivo é compreender como diferentes tradições geográficas abordaram a relação entre cultura e espaço, estabelecendo as bases epistemológicas para o desenvolvimento da Geografia Cultural enquanto subcampo da ciência geográfica. A metodologia fundamenta-se na abordagem contextual de Berdoulay (2013), que permite articular fatores internos e externos à produção do conhecimento geográfico. Os resultados indicam que a Geografia Cultural emerge de múltiplas matrizes teóricas: a tradição alemã, com Ratzel e o conceito de *landschaft*; a Escola de Berkeley, com Sauer e a morfologia da paisagem cultural; e a Escola Francesa, com Vidal de La Blache e a noção de gênero de vida.

Palavras-chave: Geografia Cultural; História do Pensamento Geográfico; Escola Alemã; Escola de Berkeley; Escola Francesa.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of the diversity of cultural thought in Geography based on the contributions of the German, Berkeley, and French schools, following the theoretical systematization of Valverde (2019) and its complement in Valverde (2024). The objective is to understand how different geographical traditions approached the relationship between culture and space, establishing the epistemological foundations for the development of Cultural Geography as a subfield of geographic science. The methodology is grounded in Berdoulay's (2013) contextual approach, which allows articulating internal and external factors in the production of geographical knowledge. The results indicate that Cultural Geography emerges from multiple theoretical matrices: the German tradition, with Ratzel and the concept of *landschaft*; the Berkeley School, with Sauer and the morphology of cultural landscape; and the French School, with Vidal de La Blache and the notion of *genre de vie*.

Keywords: Cultural Geography; History of Geographical Thought; German School; Berkeley School; French School.

RESUMEN

Este artículo propone un análisis de la diversidad del pensamiento cultural en la Geografía, a partir de las aportaciones de las escuelas alemana, de Berkeley y francesa, basándose en la sistematización teórica de Valverde (2019) y su posterior desarrollo en Valverde (2024). El objetivo es comprender cómo las distintas tradiciones geográficas abordaron la relación entre cultura y espacio, estableciendo los fundamentos epistemológicos para el desarrollo de la Geografía Cultural como subcampo de la ciencia geográfica. La metodología se fundamenta en el enfoque contextual de Berdoulay (2013), que permite articular factores internos y externos en la producción del conocimiento geográfico. Los resultados indican que la Geografía Cultural surge de múltiples matrices teóricas: la tradición alemana, con Ratzel y el concepto de *Landschaft*; la Escuela de Berkeley, con Sauer y la morfología del paisaje cultural; y la Escuela francesa, con Vidal de La Blache y la noción de *genre de vie* (género de vida).

Palabras clave: Geografía Cultural; Historia del pensamiento geográfico; Escuela alemana; Escuela de Berkeley; Escuela francesa.

Recebido em: 30/03/2026
Aceito para publicação: 05/08/2026
Publicado: 16/08/2026

Introdução

O debate acerca da Cultura e a sua relação com os estudos sobre o espaço faz parte de toda a trajetória do pensamento geográfico, desde sua origem grega, tendo em vista o interesse pela diversidade regional das áreas conhecidas do planeta, até abordagens atuais, como as perspectivas subjetiva e individualista não representativas do espaço. Para Paul Claval (2007, p. 60), "quando a geografia humana se desenvolveu, no final do século XIX, a descrição da diferenciação cultural da terra tornou-se um capítulo importante da nova disciplina".

A ideia de analisar o conceito e relacioná-lo com a Geografia Cultural não se dá a partir do aprofundamento do que propriamente seriam os conceitos de Cultura e de espaço, mas o intuito é o de cartografar os diversos momentos de aproximação entre eles e entender como suas diferentes abordagens foram produzindo conhecimento dentro da perspectiva geográfica. É importante salientar que esses momentos não formam uma linha única, estável e evolutiva, pois continuam como formas válidas de investigação.

Conforme proposição de Valverde (2019), desenvolvida no âmbito da disciplina "Perspectivas teóricas para estudos culturais na Geografia" do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, o panorama adotado na análise temporal deste artigo sobre as aproximações, abordagens e relações entre os temas cultura e espaço contempla três formas de investigação reconhecidas vinculadas ao subcampo da Geografia Cultural: (1) As Origens da Cultura na Geografia Alemã; (2) a Escola de Berkeley; e (3) a Escola Francesa. Com base na abordagem contextual de Berdoulay (2013) e na citada

sistematização teórica de Valverde (2019), complementada por Valverde (2024) em “*O jogo da amarelinha: saltos para a institucionalização da geografia cultural no Brasil*”, o artigo busca compreender as origens e os desdobramentos da Geografia Cultural, evidenciando como diferentes tradições geográficas abordaram a relação entre cultura e espaço.

Segundo Berdoulay (2013), a abordagem contextual é proveniente do exercício de revisão e discussão de alguns pontos relevantes da historiografia. Valverde (2024) complementa essa abordagem ao afirmar que Berdoulay refutava a perspectiva de uma ciência positivista e evolutiva, na qual uma verdade teórica definitiva seria encontrada e condicionaria, pelo presente, a exclusão das formas "falsas" do passado em uma narrativa coesa e única. Berdoulay sugere que os contextos e ambiências intelectuais podem e devem ser mais bem valorizados não apenas pela análise crítica dos textos, mas também por outros documentos, atas, relações de afinidade, redes de sociabilidade, vínculos ideológicos que por vezes transcendem os limites mais específicos da disciplina Geografia (VALVERDE, 2024). É a partir dessa dinâmica que o artigo tece análise acerca das contribuições de três escolas primordiais para a concepção e entendimento da Geografia Cultural.

Cultura nas correntes alemãs de Geografia e o pensamento ratzeliano

O que usualmente é denominado de "Escola Alemã de Geografia", além do peso de ter sido uma das precursoras e de maiores contribuições para o desenvolvimento teórico da ciência geográfica, abarca autores de enorme influência considerados os pais da geografia moderna, sendo eles Alexander von Humboldt (1769-1859) e Carl Ritter (1779-1859). A entrada efetiva da Alemanha no sistema capitalista se deu de maneira tardia em razão do aglomerado de ducados, principados e reinos, sendo essa fragmentação um dos elementos que motivam o reordenamento do Estado ao longo do século XIX. Para Moraes (2007), a necessidade de se criar um Estado Nacional, a grande variedade entre os membros da confederação germânica, a falta de relação duráveis entre os membros e a ausência de um centro organizador davam uma especial relevância à discussão do espaço.

É nesse contexto da história da Geografia que se insere o prussiano Friedrich Ratzel (1844-1904), um de seus pensadores basilares. Professor na Universidade de

Leipzig, é considerado por muitos o fundador da moderna geografia humana, é também responsabilizado pelo estabelecimento da geografia política enquanto disciplina. Em relação à sua abrangente produção deixa transparecer a integração de fatos da modernidade e do rápido desenvolvimento da sociedade no contexto da Alemanha que se unificava, conforme aponta Martins (2001, p. 92) em que “reflexões sobre o Estado, a história, as raças humanas, o ensino da geografia e a descrição de paisagens perpassam a obra do geógrafo, que se preocupava em auferir uma identidade comum à nação em formação”.

Valverde (2024) contextualiza esse cenário ao destacar o papel do Romantismo, do nacionalismo e do militarismo na formação da identidade alemã, elementos que influenciaram diretamente a produção geográfica da época. O autor ressalta que

o Romantismo costuma ser definido como um movimento artístico e intelectual desenvolvido em todas as áreas de línguas germânicas ao longo da segunda metade do século XVIII e na primeira metade do século XIX. O Romantismo buscava uma nova síntese entre o novo e o antigo, permitindo a continuidade das tradições germânicas em detrimento da adoção de novos comportamentos, supostamente universais e racionais, oriundos sobretudo da França (VALVERDE, 2024, p. 32-33).

Picchi (2023) observa que essa valorização das tradições germânicas, associada à institucionalização tardia da Geografia nas universidades alemãs, permitiu uma maior diversidade temática e metodológica, incluindo a abordagem cultural, que contrastava com o projeto mais centralizado e utilitário da Geografia francesa.

Tendo como referência o clássico dualismo geográfico, Ratzel é considerado fundador da vertente humana em razão de sua obra "*Antropogeografia - fundamentos da aplicação da Geografia à História*" (*Anthropogeographie oder die Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte*), de 1882. Sua importância diz respeito aos estudos das relações entre as sociedades e o meio natural e em sua análise geográfica aplicou os conceitos mais importantes da biologia darwinista (CAMPOS, 2001).

Seus estudos sobre as influências do ambiente sobre o homem não o levaram a assumir posições deterministas, uma vez que a influência dos fatores naturais estaria, para ele, condicionada ao estágio de desenvolvimento cultural dos povos (CAMPOS, 2001, p. 35).

Segundo Carvalho (1997, p. 42)

São comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, que em alguns casos é resumido apenas à lembrança dos possíveis equívocos cometidos, pelo pensador alemão, ao teorizar sobre as relações homem-natureza, ou ao defender suas crenças sobre a evolução dos processos civilizatórios. No primeiro caso, Ratzel teria sido um determinista ambiental incorrigível e, no segundo, um anti-evolucionista adepto de teses combatidas e desgastadas, como as do difusionismo, ou acertadamente condenadas, como as da superioridade civilizatória dos brancos caucasianos.

No contexto histórico da Alemanha, pelo momento histórico em que viveu e produziu conhecimento, é possível destacar que o pensamento ratzeliano foi imperialista, positivista, mas não essencialmente determinista, pois não acreditava que haveria diferentes espécies humanas, estariam elas em diferentes estágios de evolução a partir de uma visão sistêmica - como se houvesse uma evolução social humana. Em elogio ao imperialismo, Ratzel (apud MORAES, 2007, p. 69) profere: "Semelhante à luta pela vida, cuja finalidade básica é obter espaço, as lutas dos povos são quase sempre pelo mesmo objetivo. Na história moderna a recompensa da vitória foi sempre um proveito territorial."

Valverde (2024) problematiza a leitura determinista de Ratzel, argumentando que

a ideia de associar Ratzel a uma leitura simplória das diferenças no mundo a partir de aspectos como a fertilidade do solo e a pluviosidade foi, por muito tempo, dominante. Ao repeti-la, descartamos os conteúdos culturais da obra de Ratzel, francamente desconhecidos no Brasil. *Städte-und Kulturbilder aus Nordamerika* (1876) e *Völkerkunde* (1885-1888) livros que, somados, apresentam milhares de páginas são desconsiderados, fato grave quando consideramos Ratzel um dos organizadores da Geografia Moderna (p. 71).

Assim, longe de um determinismo simplório, o pensamento de Ratzel revela-se mais complexo e matizado. Sua perspectiva evolucionista, embora imperialista e positivista, não se confundia com uma hierarquização biológica essencialista, mas com a crença em distintos estágios de desenvolvimento técnico e cultural inscritos em um processo histórico e geográfico.

Da cultura e espaço em Ratzel ao conceito de *landschaft*

Dentro da profícua escola alemã, o surgimento da cultura no pensamento geográfico ocorre nos estudos desenvolvidos a partir da segunda metade do século XIX e teve como marca uma visão ampla dos fenômenos para entender as nuances acerca deste tema. Jacob Wimmer (1849–1915) investigava aspectos religiosos,

Humboldt destacava a pintura (entre muitos outros temas geográficos), Alwin Oppel (1849–1912) falava em imaterialidade e psicologia como elementos de Geografia, entre várias outras produções. Estas produções heterogêneas falavam em *kulturgeographie* como um conjunto caótico de formas de investigação. Talvez um elemento que permitisse entender tais formas como culturais seria a partir da avaliação do conceito de *landschaft* e de sua relação com diferentes raças (em plano social, e não em plano biológico).

Ratzel, como outros dos seus contemporâneos, acreditava que a capacidade de invenção humana era muito limitada, e por isto a evolução dos grupos sociais advinha realmente das difusões pelas zonas ou regiões culturais das invenções que teriam se realizado a partir de uns poucos centros culturais difusores (MORÁN, 1990). O meio biofísico exercia influência (rios, oceanos, montanhas, florestas etc.), mas na medida funcional em que favorecia ou dificultava as possibilidades dos contatos difusores dos traços culturais entre as populações distribuídas no espaço.

No livro "*Antropogeografia*", considerada a obra que funda a Geografia Humana, Ratzel define o objeto geográfico como o estudo da influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade. A proposta de estudo da "*Antropogeografia*" para Moraes (2007, p. 71) "privilegiou o elemento humano e abriu várias frentes de estudo, valorizando questões referentes à história e ao espaço", sendo justamente esta obra o marco inicial dos estudos geográficos sobre cultura e espaço.

No capítulo "*O homem e o ambiente*", Ratzel (1990) enumera quatro formas de influência da natureza sobre o homem, que pode ser entendida não como limites impostos pelo anecúmeno, mas sim relativos a uma maior ou menor determinação de um povo de se expandir, de realizar trocas, de se constituir socialmente e de natureza metafísica. Todos esses são elementos de estreita conexão entre cultura e espaço, pois Ratzel utiliza termos como "etnia", "raça", "posição geográfica", "limites", "povo", "miscigenação", "troca" e ainda propõem perfis e personalidades ao empregar a psicologia em sua análise.

Valverde (2024) destaca que a valorização da estética era marca importante na leitura da paisagem dentro dos primórdios da Geografia na Alemanha:

A categoria *landschaft*, por sinal, carregava em si o germe de uma polêmica que se estendeu para além do século XIX, na medida em que as definições variavam de acordo com o uso comum da linguagem, de modo informal. A

própria tendência à valorização do tradicional forçava essas geografias em um processo dual: primeiro, considerar a *landschaft* como uma parcela de terra qualquer e segundo um determinado ponto de vista (VALVERDE, 2024, p. 47-48).

Em "*Tarefas e métodos da geografia do homem*", o autor amplia sua escala de análise cultural e traça esse perfil enquanto arquétipos em sua classificação antropogeográfica de povos tradicionais que ocupam o litoral em contraposição aos que estão no interior, assim como povos insulares e das montanhas. Escreve Ratzel que

Os povos internos e os povos costeiros, os povos montanhenses e os povos insulares representam tipos que se encontram em todas as zonas, variadíssimos em termos de extensão e de qualidade. As pequenas e pobres tribos de esquimós da América ártica são comunidades costeiras e insulares, assim como os índios que moram adiante deles são povos internos. O tipo rude, grosseiro, belicoso do filho da montanha e do navegante e mercador hábil, refinado, pacífico, se nos apresentam por toda a parte ao longo da história da Grécia (RATZEL, 1990, p. 95).

Outra obra de relevante destaque nos estudos sobre cultura e espaço de Friedrich Ratzel foi o seu trabalho publicado em volumes intitulado "*A História da Humanidade*" (*The History of Mankind*), publicado originalmente em 1895 e um ano depois em inglês, e que continha excelentes gravuras e notável cromolitografia. Para Edward Burnett Tylor (2009), este trabalho antropológico ofereceu os esboços para o que se entendia enquanto raças da humanidade a partir da descrição de fenótipos, língua, desenvolvimento técnico e questões de natureza moral e religiosa.

Outra grande contribuição para o entendimento da relação entre os termos cultura e espaço se dá acerca da palavra *landschaft*. Apesar do longo debate acerca da tradução e adaptação deste termo germânico para os estudos geográficos, podemos destacá-lo enquanto palavra-chave para o entendimento do pioneirismo da geografia alemã na abordagem dos fenômenos culturais espaciais: "o espaço mostrava as suas diversas personalidades, e a estas decidiu-se primeiramente denominar de '*landschaft*'" (HOLZER, 1999, p. 152). Porém, não é consenso que paisagem é a tradução do alemão *landschaft*. Na discussão sobre as terminologias acerca deste termo, Leo Waibel (1888-1951) realiza uma definição trivial, sendo "a seção da superfície da terra e do céu que se encontra em nosso campo de visão, como vista na perspectiva de um ponto específico" (HARTSHORNE, 1939, p. 328, tradução nossa).

A ideia da análise deste termo traduz uma das características da tradição alemã, que foi a de desenvolvimento de uma geografia dotada de abordagens plurais, sendo a responsável por ampliar a discussão e propiciando a inserção dos estudos culturais aos fenômenos estudados pelos geógrafos. No livro "*A Natureza da Geografia*" (*The nature of geography - a critical survey of current though in the light of the past*), de 1939, há no capítulo intitulado "'*Landschaft*´ and *Landscape*" a tentativa de adaptação desse termo alemão a partir da comparação com o que seria o seu equivalente na língua inglesa.

Werther Holzer (1999), ao abordar as visões da geografia francesa e anglo-saxônica, entende que no âmbito linguístico *landschaft* e *paysage* não são equivalentes, sendo a primeira uma palavra mais antiga, medieval, de conteúdo mais abrangente e mais complexo que o das línguas latinas. Em relação à *landscape*:

'*Landschaft*' se refere a uma associação entre o sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez tenha surgido de '*Land Schaffen*' ou seja, criar a terra, produzir a terra. Esta palavra, transmutada em '*landscape*' chegou à geografia norte-americana pelas mãos de Sauer que, cuidadosamente, enfatizava que seu sentido continua sendo o mesmo: o de formatar (*land shape*) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais"(HOLZER, 1999, p. 152).

Assim, a polissemia do termo *landschaft* revela a riqueza da tradição geográfica alemã, que associava indissociavelmente o território aos seus habitantes e suas formas de vida, transcendendo a mera descrição visual. Mais do que um simples equivalente de *paysage* ou *landscape*, a *landschaft* carregava um conteúdo mais abrangente, que remetia a um "criar a terra" onde dimensões físicas e culturais se entrelaçavam. Essa complexidade conceitual, no entanto, foi frequentemente simplificada pelas leituras posteriores, que reduziram seu alcance analítico e obscureceram a potencialidade de uma perspectiva que, desde suas origens germânicas, já pressupunha a cultura como elemento central da investigação geográfica.

As relações entre Friedrich Ratzel e Franz Boas e suas consequências para os estudos culturais

Desenvolvida a partir do pensamento positivista, a influência do darwinismo sob a ótica social é marcante no pensamento ratzeliano, sendo a criação do famoso termo *Lebensraum* ("espaço vital") exemplo desta perspectiva aplicada a questões

relacionadas à geografia política. Através de problemas e críticas na biologia e na teoria da evolução, Ratzel posicionou a Geografia no campo das discussões sobre a dinâmica dos padrões culturais e das sociedades no contexto da expansão demográfica, econômica, política e cultural europeia pelo mundo. A geografia trabalharia suas interpretações a partir dos fatores externos desta dinâmica (meio geográfico e difusões) para entender as variações culturais e demográficas (BARROS, 2007).

Partindo desta tradição, mas transferindo a perspectiva evolucionista para a historicista comparativa, Franz Uri Boas (1858-1942), também alemão, traz algumas destas perspectivas, ancoradas no pensamento do velho continente, para a América. Tendo chegado aos Estados Unidos da América, Boas é um dos responsáveis pela fundação do pensamento antropológico norte-americano. Sua obra veio a ser citada e absorvida pelos autores da denominada Escola de Berkeley, sendo possível estabelecer aproximações e afastamentos entre o que este pensador se entende por cultura contemporâneo e aquilo que Ratzel defendeu.

Primeiramente, é importante destacar que Boas, geógrafo de formação, desenvolve experiência profissional com o povo inuítes na América do Norte, o que configura uma transição profissional com a migração feita da Alemanha para os Estados Unidos da América. Considerado um dos fundadores da antropologia cultural estadunidense, rejeita o evolucionismo e defende uma visão histórica da cultura por meio da abordagem historicista (comparativismo e historicismo) e prega a necessidade de definição de uma área de estudo, a que chama de core. Esses são os pontos de distanciamento entre o pensamento relativista da cultura proferido por Boas das já citadas ideias que foram pensadas por Ratzel.

Ainda acerca desses distanciamentos, no que diz respeito aos limites do determinismo ambiental, Boas (1962, p. 240, tradução nossa) profere que “o estudo da história da cultura de qualquer área em particular mostra claramente que as condições geográficas por si só não têm força criativa e certamente não são determinantes absolutos da cultura”.

Outra ruptura inovadora de Boas foi o maior peso que deu à base imaterial e propôs um novo método comparativo, o dedutivo. Outra fundamental informação é que assume uma posição ontológica na cultura, ou seja, a de que ela seria dotada de

leis e mecanismos próprios que seriam dissociados da economia e da política, fato este que influenciou de maneira determinante os estudos produzidos em Berkeley.

Valverde (2024) sintetiza a transição de Ratzel a Boas da seguinte forma.

No estabelecimento de um paralelo entre os conterrâneos Friedrich Ratzel e Franz Boas, observa-se uma transição do pensamento biológico para o ambiental, do ambiental para o historiográfico, dos traços culturais intergeracionais para as leis da mente humana, da cultura, da história da linguagem para a psicologia e da cultura material para a de aspectos imateriais. Em ambos, verificam-se a defesa da classificação de áreas a partir de uma perspectiva nos tipos de objetos e do caráter educativo dos modos de vida, as diferenças entre características biológicas e histórico-culturais e o reconhecimento progressivo das culturas ditas primitivas e o da materialização via natureza (p. 60).

As conexões possíveis de serem estabelecidas entre os pensamentos ratzeliano e boasiano e as suas contribuições para os estudos culturais seriam no que diz respeito ao desenvolvimento das ciências sociais nos Estados Unidos da América, como a ênfase nos processos histórico-cultural das discussões antropológicas, as transformação das práticas museais, a institucionalização das ciências sociais na virada do século XIX para o XX, a valorização dos discursos de difusão cultural, o destaque às fontes materiais como base primária de investigação e a defesa pela diversidade e origens simultâneas de fatos culturais (VALVERDE, 2019).

A Escola de Berkeley: do supraorgânico aos temas da Geografia Cultural

Nos Estados Unidos da América, especificamente na cidade de Berkeley, localizada na costa leste da baía de São Francisco, a partir da década de 1920, em razão das produções acadêmicas dos departamentos de Antropologia e Geografia da Universidade da Califórnia (*University of California*), destacaram-se pesquisadores que foram precursores da interdisciplinaridade praticada em suas pesquisas em Ciências Humanas. A denominada Escola de Berkeley tem início nos anos 1920 e sua produção ocorre com vigor até idos da década de 1970. Além de estabelecer maior aproximação entre disciplinas, uma de suas características foi a influência de autores alemães, já que contava com muitos germânicos como professores. Carl Sauer, considerado o maior nome desta perspectiva em geografia cultural, faz referência ao pensamento ratzeliano nesta articulação entre estudos da Antropologia e da Geografia em razão de sua obra *Antropogeografia* (1882).

Valverde (2024) contextualiza a Escola de Berkeley como uma forma de trabalho que

se projetava em meio às disputas pela reputação, financiamento científico e pelo paradigma científico de seu tempo. Para tanto, fazia uso de uma linguagem científica e objetiva que limitasse as críticas ao impressionismo de ordem determinística e simplista. De fato, linguagens estritamente religiosas, tiradas do senso comum, artísticas, psicológicas ou não verificáveis eram descartadas como formas não-científicas, ou pré-científicas de investigação (p. 99-100).

A produção do conhecimento em Berkeley não seguiu o costume da tradição geográfica praticada até então, que era o do empirismo teórico, mas objetivou o caráter materialista das discussões e o sentido espacial da argumentação em razão da influência dos pensadores alemães, como Franz Boas. Pela ligação com a antropologia da "Escola das Áreas Culturais", como também é conhecida essa corrente antropológica, o difusionismo vai influenciar um dos principais conceitos desenvolvidos nos estudos de geografia cultural em Berkeley, "paisagem cultural".

O nome de Alfred Louis Kroeber (1876-1960) é determinante nas aproximações entre a sua ideia defendida, a concepção supraorgânica (ou superorgânica), com os textos seminais de Carl Sauer sobre a morfologia da paisagem. Ao desenvolverem trabalhos nos limites dos estudos culturais derivados do esforço em separar o domínio da Biologia Evolucionista daquele referente à essência dos fatos sociais, salientaram a sua concepção fenomenológica de Geografia (VALVERDE, 2020). Segundo James Duncan (2003), Kroeber desenvolveu a sua tese da autonomia da cultura em um artigo seminal intitulado "*O Superorgânico*" (*The Superorganic*), em 1917, marcando o início do determinismo cultural na antropologia americana.

Kroeber concebeu a realidade como sendo composta por alguns níveis, começando com o inorgânico na base, seguido pelo orgânico que, por sua vez, é coberto por um nível psicológico ou biofísico e, finalmente, coroado pelo nível social ou cultura (DUNCAN, 2003, p. 67).

O termo holismo é referente a uma perspectiva filosófica relativamente forte do holismo transcendental, no qual o todo, e não as partes individuais, é a força ativa dominante. Também, a partir desta perspectiva, está a suposição de que esses indivíduos são meros agentes que cumprem tarefas regidas por algo maior, como, por exemplo, pela cultura ou por Deus. A concepção de superorgânico se dá a partir do entendimento de que a cultura é uma esfera maior que a carga genética e o trabalho humano, sendo dotada de um progresso diferente, e está relacionada a uma

perspectiva metafísica, superior aos indivíduos enquanto agentes passivos dessa força.

Duncan (2003) afirma que, além de Kroeber, outros nomes como Leslie Alvin White (1900-1975), Émile Durkheim (1858-1917) e Robert Harry Lowie (1883-1957), assim como outros holistas transcendentais, entendiam que a cultura não pode ser reduzida aos indivíduos, sendo esse ponto de vista de grande influência na antropologia cultural norte-americana e, por extensão, também na Geografia Cultural Tradicional.

A teoria da cultura enquanto entidade supraorgânica foi esboçada pelos antropólogos Alfred Kroeber e Robert Lowie durante os primeiros 25 anos do século XX, sendo, posteriormente, elaborada por Leslie White. A cultura era vista como uma entidade acima do homem, não redutível às ações dos indivíduos e misteriosamente respondendo a leis próprias. Além disso, foi essa a visão de cultura que passou a dominar a geografia cultural. Esta perspectiva foi adotada especificamente por Carl Sauer ao se associar a Kroeber e Lowie em Berkeley nas décadas de 1920 e 1930, sendo posteriormente transmitida para seus alunos (DUNCAN, 2003, p. 64).

Sauer sugeria que a cultura seria o agente independente que produz a paisagem cultural, inspirado na concepção superorgânica da Antropologia de Kroeber. Nesse processo, conferia uma força anímica à cultura como forma de conter a explicação científica fundada em um determinismo biológico. Mesmo com a ideia de que a Geografia Cultural e a Antropologia de Berkeley entendiam de forma holística a teorização sobre o homem e a sociedade, que contrapõem a explicação individualista, em seu clássico texto intitulado "*Geografia Cultural*" (*Cultural Geography*), publicado em 1931, Carl Sauer entende que nunca houve a intenção de subestimar ou eliminar as atividades humanas no estudo da geografia no que diz respeito às atividades antrópicas que resultam nas paisagens culturais.

Valverde (2024) chama atenção para a contradição central da Escola de Berkeley:

Notava-se certa hesitação por parte de Carl Sauer, John Leighly, James Parsons e de outros geógrafos vinculados à Escola de Berkeley em ultrapassar os limites do que consideravam uma 'abordagem científica', ou seja, factual da cultura. Quanto mais antigos os registros da Geografia na Escola de Berkeley, mais a cultura aparentava vínculo com o trabalho direto da terra; enquanto isso, as últimas décadas de proeminência dessa forma de pensamento apresentavam nuances e tendência à imaterialidade como partes de sua renovação (VALVERDE, 2024, p. 106).

Sauer e a morfologia da paisagem cultural

Carl Ortwin Sauer (1889-1975) foi o grande nome da escola de Berkeley, sendo seu criador e expoente máximo, e "formou algumas gerações de geógrafos que fizeram a geografia avançar, deixando um grande legado para gerações futuras" (CORRÊA, 2001, p. 9). Foi na Universidade de Chicago que obteve a sua formação acadêmica, sendo esta responsável pelo pensamento que defendia o determinismo ambiental, entendida como uma versão geográfica para o pensamento positivista. Porém, Sauer rompe com tal perspectiva e adota o historicismo, isso em razão do ambiente de pesquisa que à época constituía o corpo docente de Berkeley.

A geografia de Sauer e de seus discípulos esteve calcada no historicismo. Assim, havia uma ênfase, apoiada na crença de sua importância, na diversidade cultural; valorizava-se o passado em detrimento do presente, assim como a contingência e a compreensão. Os estudos focalizavam especialmente sociedades tradicionais, pouco reportando-se às sociedades urbano-industriais. É inegável, neste contexto, a forte influência da antropologia cultural (CORRÊA e ROSENDAHL, 2003, p. 10).

Sua obra pode ser dividida em dois conjuntos, sendo o primeiro sobre formulações teóricas e metodológicas, fase esta de matriz disciplinar e metodológica onde a crítica ao determinismo ambiental e a afirmação da geografia como história espacial da cultura são as tônicas, e o segundo refere-se aos estudos sobre áreas culturais, marcada pela influência da antropologia de Kroeber (CORRÊA, 2001). Em razão da defesa da ideia de transformação da paisagem natural em paisagem cultural, Sauer entendeu que esta expressão proporciona uma perspectiva de pesquisa em que as formas culturais mereceriam a mesma atenção que as formas físicas.

Um dos textos mais conhecidos de Carl Sauer é "*A morfologia da paisagem*" (*The morphology of landscape*), publicado originalmente em 1925, que se inicia com o autor tecendo considerações acerca do próprio campo de atuação da Geografia. Para ele, a ciência geográfica tem em sua natureza a capacidade de entender as conexões dos fenômenos. Segundo Roberto Lobato Corrêa, a influência germânica na formação de Carl Sauer, que aliás era filho de imigrante alemão, foi determinante em sua obra, com destaque a este clássico, pois ocorre a adoção do conceito goetheano de morfologia ao implicar a compreensão das formas enquanto expressão cultural e individual através de processos humanos, espirituais e naturais (CORRÊA, 2001). Sobre essa tríade de processos, a tarefa da Geografia seria conceber "como o estabelecimento de um sistema crítico que envolva a

fenomenologia da paisagem, de modo a captar em todo o seu significado e cor a variada cena terrestre" (SAUER, 1998, p. 22).

Para Sauer (1998, p. 24), "a paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais" e pode ser apresentada enquanto definidor do conceito de unidade da geografia. Sobre a referida influência da Fenomenologia na análise da paisagem, Sauer entende que o conteúdo da paisagem é algo menor do que todos seus componentes visíveis, sendo sua identidade marcada pela perspectiva pessoal relacionadas às experiências de quem a analisa.

A paisagem inclui (1) as características da área natural e (2) as formas sobrepostas na paisagem física pelas atividades do homem, a paisagem cultural. O homem é o último agente na formação da paisagem. Portanto, o estudo da geografia começa com a geografia física. Uma frase que tem sido muito usada na literatura alemã, cuja origem desconheço, caracteriza perfeitamente a intenção: "o desenvolvimento da paisagem cultural a partir da paisagem natural". Esta é a orientação mais recente que dá continuidade à perspectiva tradicional (SAUER, 2000a, p. 62).

A aplicação do método morfológico para a análise da paisagem proposta por Sauer se apoia em três postulados: (1) que existe uma unidade qualidade orgânica ou quase orgânica estrutural necessária, chamada de "forma"; (2) estas formas seriam "homólogas" em razão das semelhanças destas formas em estruturas diferentes; (3) e que estes elementos estruturais apresentariam um estágio inicial e um estágio final ou incompleto (SAUER, 1998).

Por meio da análise de "*A morfologia da paisagem*" é possível traduzir uma máxima do pensamento saueriano, em que quem produz a paisagem é a cultura. "A cultura é o agente, a área natural é o meio, e a paisagem cultural, o resultado" (SAUER, 1998, p. 59). Também é possível entender a sua defesa pelas generalizações, sínteses e seleções de elementos formadores das paisagens culturais. O autor vai em direção ao exercício de comparações, e não ao de formulações teóricas, sendo as ideias de estágios de desenvolvimento e de visão sistêmica dos fenômenos uma herança do pensamento científico alemão. Finalmente, o texto fornece a base para uma metodologia própria em que é possível afirmar ter uma linha de pensamento autônoma dentro da Geografia Cultural, sendo que esta autonomia foi conquistada principalmente por meio do termo que começa a ser

empregado, a paisagem cultural. A obra do maior expoente da escola de Berkeley foi sendo consolidada ao longo do tempo e progressivamente revelou interesses de sistematização, generalização e classificação de paisagens em busca de uma lógica que ultrapassasse os registros dos fatos individuais (VALVERDE, 2019).

A consolidação do pensamento da Escola de Berkeley e a Antologia *Readings in cultural geography*

Ao longo dos cinquenta anos de produção acadêmica que traduziu uma inovadora forma de se fazer Geografia Cultural, a consolidação do pensamento desenvolvido em Berkeley foi de tamanha expressão que, muitas vezes, tem-se a impressão de, ao se tratar deste campo da Geografia, a perspectiva desta tradição há de ser obrigatoriamente citada. Para Denis Cosgrove e Peter Jackson, críticos dessa perspectiva:

Apesar de raramente explicitarem seus trabalhos, baseavam-se no seguinte pressuposto etnológico: áreas geográficas distintas (paisagens) podem ser identificadas e descritas através do mapeamento dos elementos visíveis da cultura material produzida pelos grupos culturais unitários. Inevitavelmente, as paisagens eram identificadas como produtos de sociedades estáveis, pré-modernas e predominantemente agrícolas, ameaçadas pelos processos de modernização (COSGROVE e JACKSON, 2003, p. 136).

O livro antológico *“Readings in Cultural Geography”*, lançado em 1962, reúne os textos e ensaios que geógrafos e não geógrafos fizeram para sintetizar e ratificar "a força de uma comunidade, ressaltando sua unidade num contexto de diversificação teórico-metodológica da geografia americana" (CORRÊA, 2001, p. 18). Em sua versão original, apresenta uma estrutura que reforça o pensamento saueriano. A introdução geral (*General Introduction*) feita por Wagner e Mikesell expõem as cinco linhas de interesse proferidas por Sauer: cultura (*culture*), área cultural (*cultural area*), paisagem cultural (*cultural landscape*), história da cultura (*culture history*) e ecologia cultural (*culture ecology*).

Na compreensão das particularidades da ação humana sobre a superfície terrestre, como todas as subdivisões da Geografia que procuravam entender os fenômenos "ligados à Terra", conforme expressão utilizada por Philip Wagner e Marvin Mikessel no livro supracitado, é nele que podemos visualizar as intenções da Escola de Berkeley. Esta obra, que reúne textos que marcam essa segunda tradição do pensamento em Geografia Cultural, na introdução intitulada *"Os temas da*

geografia cultural" (*The themes of cultural geography*) a dupla sistematiza seus cinco principais temas: cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural (WAGNER e MIKESELL, 1962).

Valverde (2024) destaca que a Escola de Berkeley, apesar de suas contradições,

se manteve como uma forma estável de pesquisa até meados do século XX e permanece até hoje como um caminho válido para a investigação científica" (p. 129-130). O autor ressalta, contudo, que o potencial analítico da paisagem cultural e a força ontológica de sua cultura superorgânica ainda restam pouco explorados no Brasil, o que "para aqueles que se dedicam a esses temas ainda válidos e urgentes, a necessidade de fazer inúmeras adaptações ecléticas que diminuam a força do discurso e a coerência de suas ideias (p. 130-131).

Em suma, os estudos em cultura e espaço desenvolvidos na Universidade de Berkeley progressivamente passaram a se desvincular do pensamento saueriano, sendo que este caminho de renovação não representa a anulação dos estudos e postulados desenvolvidos anteriormente. A Escola de Berkeley contribuiu efetivamente para a incorporação de novas abordagens, interesses e, principalmente, pela prospecção temática que enriqueceu as pesquisas em Geografia Cultural, sendo que dentre as perspectivas em geografia cultural, talvez seja a de maior prestígio e reconhecimento.

Na Escola Francesa o pensamento vidaliano, o gênero de vida e a Cultura

A Escola Geográfica Francesa tem origem na Terceira República (1870-1940), período marcado pelo centralismo do governo que buscava a diminuição dos conflitos interregionais. A exemplo da Comuna de Paris (1871), o discurso sobre a necessidade de pacificação da nação fez com que o Estado traçasse uma estratégia de construção da unidade nacional, sendo a Geografia uma ferramenta para alcançar tal objetivo. Com a reforma escolar ocorrida no período, é instituído o ensino primário gratuito, laico e obrigatório, havendo forte investimento na formação de professores. A Geografia enquanto componente curricular se assume um instrumento que "através de extratos de obras regionalistas ou de textos universitários, as crianças descobriam não somente uma geografia técnica, mas também uma geografia sensível" (THIESSE, 2009, p. 19).

Se, em razão da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), poderia haver dúvidas das trocas entre França e Alemanha, o próprio combate da ideologia imperialista

bismarckiana fez com que o pensamento geográfico francês fosse originado pelo diálogo com Ratzel (MORAES, 2007). Um exemplo é que ambas partilhavam do entendimento que as manifestações culturais no espaço seriam observadas de forma circunscrita ao seu caráter material, como, por exemplo, pelos instrumentos utilizados por determinadas populações ou pelos aspectos apresentados pela paisagem onde se encontram os agrupamentos humanos: ao analisar "artefatos criados pelos homens, dos gêneros de vida que os colocam em ação e das transformações nas paisagens" (CLAVAL, 2001, p. 35).

Valverde (2024) é particularmente incisivo na análise do papel da Geografia francesa no debate cultural. O autor destaca que

a cultura não aparecia nem como um conceito, nem como um tema regular na Geografia que se conduzia à época. A palavra, mesmo em seu sentido comum, era evitada como algo distante do conhecimento geográfico. [...] O mais frequente é que a própria palavra cultura remetesse a um sinônimo de agricultura, ao produto da terra, em redução de outros significados ser atribuídos (p. 142).

O emprego da palavra "cultura" não é usual nos trabalhos da Geografia segundo a perspectiva francesa, sendo usado no lugar "*civilisation*", que pode ser entendido como "sociedades" no contexto atribuído a Pierre Deffontaines (1869-1930) ou atribuída à descrição dos "gêneros de vida", como é verificado em Jean Brunhes (1869-1930) e, logicamente, a Paul Vidal De La Blache (1845-1918), responsável por cunhar este termo. Também eram usados os termos "espírito" e "personalidade"; é neste sentido que, logo ao início de Quadros de Geografia da França, Vidal De La Blache defende que a França possui uma única personalidade (Cultura).

O responsável pela ponte entre a tradição alemã com os estudos franceses foi La Blache, que parte da concepção humana que Friedrich Ratzel havia proposto, "o estudo das influências do meio sobre as sociedades humanas" (CLAVAL, 2007, p. 33). O pensamento lablacheano deveu muito à Geografia Alemã, mas a Escola Francesa conheceu sua plenitude quando elaborou sua própria concepção de Geografia Humana: "Esta concepção deu à disciplina uma definição antropocêntrica. Foi para concretizá-la cientificamente que os vidalianos se voltaram a Ratzel e seu método regional" (BERDOULAY, 2017, p. 231).

Em relação à La Blache, segundo Gomes, são quatro as ideias principais recorrentes em sua obra: organismo, meio, ação humana e gênero de vida. A

primeira, organismo, é um lugar-comum da época que serviu para colocar em questão a natureza mecânica que dominava no século precedente (XVIII) remanescente de uma razão galileana/newtoniana; a segunda, meio, para Vidal trata-se do resultado de um campo de ação e de tensão particular que é o próprio objeto do conhecimento, sendo o estudo do meio o ponto de partida da pesquisa geográfica; a terceira, ação humana, tem a sua especificidade com relação aos outros elementos a partir de sua maior capacidade de transformação, tendo um papel central na organização do meio; e a quarta e última, gênero de vida, que seria a essência do objeto da geografia, é a ideia mais conhecida da obra lablacheana (GOMES, 2016).

A noção de gênero de vida introduz na geografia humana uma lógica que estimula a integração de aspectos comportamentais cada vez mais variados: "Naturalista pela sua origem e suas justificações, ela deriva rapidamente para posições mais humanistas" (CLAVAL, 2007, p. 35). Os gêneros de vida apresentam potencialidade para o entendimento das manifestações culturais do passado, pois para La Blache (1913 apud GOMES, 2016, p. 205), "as formas atuais só são inteligíveis se as encaramos na sucessão da qual fazem parte".

Conforme aponta Claval, a ambição de Vidal de La Blache foi a de explicar os lugares, e não as relações entre as pessoas, sendo a Geografia a "ciência dos lugares, e não dos homens" (LA BLACHE, 1913 apud CLAVAL, 2007, p. 33). Desta forma, por meio da noção de gênero de vida, "a cultura pertinente é aquela que se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam e das paisagens que modelam" (CLAVAL, 2007, p. 33), sendo esta ideia comungada entre os alemães, os franceses e também os estadunidenses da escola de Berkeley.

A produção francesa entre os séculos XIX e XX e as perspectivas contemporânea nos estudos em Cultura

Na transição entre os séculos XIX e XX, para Berdoulay, alguns temas foram abandonados progressivamente, mas devem ser sublinhados, pois seriam os que melhor permitem entender o pensamento de La Blache e sua relação com o tema cultural, além de estabelecerem, mais uma vez, relação com a perspectiva alemã.

Bastante esquecido hoje, um desses temas essenciais foi o da 'civilização'. Além do fato de que Vidal lhe tentou dar uma visão geográfica, sobretudo por intermédio do conceito de 'gênero de vida', a maneira pela qual o tema

foi tratado reproduziu a abordagem histórico-cultural largamente desenvolvida pelos antropólogos e antropogeógrafos alemães" (BERDOULAY, 2017, p. 187).

Outra marca do pensamento francês que foi delineado e continuou vigente nas produções desta perspectiva foi em relação à Geografia Histórica, sendo esta a análise da "história dos fenômenos de longa duração, a história das evoluções lentas, a história das classes baixas e analfabetas" (CLAVAL, 2003, p. 154). A dimensão histórica esteve presente na geografia francesa desde Vidal de La Blache, mas o seu objetivo era diferente do da geografia britânica. Os geógrafos britânicos ensaiavam reconstruir o que era a geografia humana, política, econômica etc., no tempo de César, de Guilherme, o Conquistador, ou de Cromwell. Os geógrafos franceses, por outro lado, interessavam-se em estudar a evolução específica de objetos geográficos: formas de paisagem, sistemas agrários, planos de cidades (CLAVAL, 2003).

Valverde (2024) destaca o caráter centralizado e estratégico do projeto universitário francês:

A Geografia dominante na França se apresentava a serviço do Estado e, entre as consequências observadas, promovia um discurso secular – e quase antirreligioso – do conhecimento científico e limitava o apelo à diversidade dos seus cidadãos. A separação entre Estado e Igreja acarretava então uma diminuição no interesse dos estudos de geografias da religião, uma vez que o projeto universitário da Geografia francesa se mostrava mais alinhado e estratégico ao desenvolvimento do Estado (p. 141).

Em uma seleção de nomes da Geografia Francesa que também foram fundamentais para os estudos culturais apresentada por Paul Claval no texto "A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia" (2003), o pesquisador aponta os seguintes nomes: Gourou, Richard-Molard, Gallais, Demangeon, Gottman e Brunhes.

Pierre Gourou (1902-2001) é um nome frequentemente associado à chamada "geografia tropical" e dedicou sua carreira a pensar a temática do subdesenvolvimento para além da Europa. Herdeiro da tradição de Vidal de La Blache, Gourou foi também intimamente ligado aos conceitos de civilização e longa duração, de tradição braudeliana. Para ele, civilização comporia o conjunto de técnicas de exploração da natureza, de técnicas agrícolas e de técnicas industriais, por meio das quais se organizaria o espaço, sendo o elemento humano um componente da paisagem (BOMFIM, 2017).

Jean Brunhes (1869-1930), um nome de destaque, lecionou na Universidade de Fribourg, na Suíça, e por isso teve relações mais estreitas com a Geografia Alemã, desenvolvendo interesse pela paisagem na década de 1900. O estudo das paisagens começava, para Jean Brunhes, por uma classificação dos usos do solo e uma análise do funcionamento das fazendas, oficinas, usinas ou lojas na área escolhida. Essa fase tinha de ser acompanhada pela exploração dos fatores históricos e etnográficos que explicavam uma grande parte das formas observadas. Essa é a razão pela qual a geografia de Jean Brunhes dava mais peso à cultura que as de Vidal de La Blache ou Damageon (CLAVAL, 2003).

Pierre Deffontaines (1894-1978), que foi citado no começo desta seção dedicada à Escola Francesa em Geografia Cultural, além do trabalho de seleção de trabalhos sobre aspectos culturais para a coleção Gallimard de Geografia Humana lançada em 1932, que coloca luz sobre o gênero de vida, tem um conhecido trabalho em que elabora o mapa dos telhados na França para o livro *Géographie de la France* (1956), de Brunhes, "sendo este material próximo das pesquisas dos etnógrafos e dos folcloristas" (CLAVAL, 2007, p. 38).

Valverde (2024) observa que Deffontaines e Brunhes, apesar de suas contribuições, foram marginalizados no sistema universitário francês:

Pierre Deffontaines e Jean Brunhes, em diferentes proporções, chocavam os seus colegas pelo catolicismo fervoroso. Tratava-se de homens conservadores, ao contrário de Reclus, e sugeriam, ainda que perifericamente em suas obras, que aspectos de ordem religiosa ou antropológica poderiam ser importantes para registros geográficos. Ao realizar parte importante de sua formação e carreira em meio a dura secularização francesa, Deffontaines e Brunhes se viam em meio a polêmicas (p. 148).

Por sua vez, Maximilian Sorre (1880-1962), que foi docente na Universidade de Sorbonne, manteve os fundamentos da proposta vidalina, desenvolvendo-a de maneira mais aprofundada e complexa, entendendo o espaço como "a morada do homem". O conceito central desenvolvido por Sorre foi o de habitat, uma porção do planeta vivenciada por uma comunidade que a organiza. O habitat é assim uma construção humana, uma humanização do meio, que expressa as múltiplas relações entre o homem e o ambiente que o envolve (MORAES, 2007). Para Moraes (2007), a Geografia de Sorre pode ser entendida como um estudo da Ecologia do homem, isto é, preocupada com a relação dos agrupamentos com o meio em que estão inseridos, sendo a ação humana a responsável pela transformação deste meio.

Assim, as condições do meio geográfico, fruto da ação dos homens, não seriam as mesmas do meio natural, devendo a análise geográfica abarcar este processo de humanização. Procura-se desvendar as estruturas que formam um palimpsesto espacial, algo que marca os estudos culturais franceses pela ênfase nos processos do passado.

Entende-se que há dois momentos nos estudos em cultura e espaço dentro da Escola Francesa de Geografia, sendo o primeiro do século XIX até a década de 1950 e o segundo que começa a ser formulado e tem sua grande produção apresentada a partir da década de 1970. Sobre essa mudança de paradigma, segundo Claval (1999), a Geografia Cultural, em sua forma clássica, entra em declínio, pois se torna incapaz de lidar com os fenômenos que ficaram mais complexos em decorrência dos progressos técnicos. Tal obsolescência também se dá pela ineficácia de uma reflexão sistemática que deveria ter sido realizada e pela diversificação das atividades humanas no ambiente urbano (CLAVAL, 1999).

Para Claval, os geógrafos que agora tentam modernizar os estudos consagrados aos fatos culturais consideram que a lógica do comportamento humano não é mais universal, mas depende das crenças religiosas e filosóficas. "Essa posição está muito mais próxima à de Max Weber: as escolhas humanas são previsíveis, mas a perspectiva na qual elas se inscrevem não é universal" (CLAVAL, 2001, p. 37). A transformação que começa a afetar os estudos culturais conduzidos pelos geógrafos a partir do início da década de 1970 repousa sobre uma mudança completa de atitudes e nasceu da constatação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e ideias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm uma dimensão psicológica e sociopsicológica, e nascem das sensações que as pessoas experimentam e das percepções a elas ligadas (CLAVAL, 2001).

As críticas ao que foi produzido em Geografia Cultural na primeira metade do século XX, segundo Claval (2001),

seriam que ela se preocupava mais em descrever o mundo do que em compreender ou explicar, ênfase na análise estética que desencadeou em generalizações e derivações, o peso que se atribuía ao mundo rural em contraposição aos espaços urbanizados ou de maior diferenciação profissional, o peso também à análise do passado, irrelevância com temas ligados às ideologias dos grupos sociais e fixação nos fatos permanente, omitindo os significados dos acontecimentos espaciais (festas, revoluções,

comemorações, etc). De agora em diante, trata-se de compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e nele se reflete. Ao problema fundamental da geografia de ontem: 'por que os lugares diferem?' acrescentam-se outros: 'por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira, não recortam o real segundo as mesmas perspectivas e em função dos mesmos critérios, não descobrem nele as mesmas vantagens e os mesmos riscos, não associam a ele os mesmos sonhos e as mesmas aspirações, não investem nele os mesmos sentimentos e a mesma afetividade?' (CLAVAL, 2001, p. 40).

Paul Claval, no exercício de diferenciação desses dois momentos, entende que a segunda fase vai na direção de um maior aprofundamento do descobrimento do sentido em que as pessoas atribuem ao seu estatuto, ao grupo social a que pertencem, ao território onde se sentem em casa e ao desenho das paisagens nas quais suas existências se inscrevem. A nova abordagem cultural faz desaparecer o conjunto dessas limitações, pois alarga e aprofunda consideravelmente o campo coberto pela geografia cultural do século XX (CLAVAL, 2001).

Essa nova perspectiva, segundo Claval, apresenta quatro pontos: (1) uma nova epistemologia, que adota as perspectivas fenomenológica e crítica em busca da complexidade das culturas; (2) renovação para o estudo das relações entre sociedade e natureza, com novas perspectivas sobre a paisagem e sobre o papel das técnicas; (3) nova perspectiva da abordagem regional, que leva em consideração o papel do corpo e dos sentidos na experiência humana por meio de imaginações geográficas e reflexões sobre as identidades e territorialidades; (4) e uma análise mais aprofundada com perspectivas de síntese, para evitar a impressão de que a geografia cultural oferece mais um caleidoscópio do que uma abordagem estruturada (CLAVAL, 2001).

Na seleção de nomes que fazem parte desta primeira fase da nova geração de geógrafos, Claval (2003) cita: Roger Dion (1896-1981) e sua análise baseada numa interpretação do papel simbólico do vinho na civilização francesa; Xavier de Planhol (1926-2016) e sua abordagem histórica com interesse pelas paisagens como realidades globais ou por certos elementos das paisagens rurais; Armand Frémont (1933-2019), que analisou a novela de Gustave Flaubert, *Madame Bovary*, para mapear a região da Normandia no século XIX; o grupo de geógrafos que realizava imersão cultural para analisar as maneiras de organização e representação espacial em sociedades tradicionais, sendo o caso de Joël Bonnemaïson (1940-1998) e Augustin Berque (1940-); Jean-Robert Pitte (1949), que estudou os cemitérios na

Europa Ocidental e é conhecido por suas pesquisas que relacionam paisagem e gastronomia, abordando o conhecido conceito francês de terroir.

Valverde (2024) conclui sua análise da Escola Francesa com uma avaliação contundente:

A Geografia que resultava desta construção intelectual francesa só pode ser descrita como um produto ideológico de exportação a partir de um sistema produtivo da natureza. [...] Cultura, a palavra proibida, carregaria nesse caso uma série de vícios e estaria, na melhor das hipóteses, dependente de argumento anterior que a subordinaria. Esta linha de desenvolvimento parcial da cultura se justifica na ausência de uma forma específica do trabalho, mas limita de modo severo os resultados obtidos (p. 174-175).

Ao levarmos em consideração a proposta dos dois tipos de produções em distintos períodos, podemos entender que se a primeira, das décadas de 1900 a 1950, foi marcada pelo caráter complementar da abordagem cultural, enfraquecimento da Escola vidaliana e a diversificação de temas e produtos, a segunda, que começa a partir das décadas de 1950 e 1970, entende a cultura enquanto um epifenômeno, sendo esta a sua marca na perspectiva contemporânea nos estudos sobre Cultura e espaço.

Considerações finais

A análise da diversidade do pensamento cultural na Geografia, a partir das contribuições das escolas alemã, de Berkeley e francesa, revela a complexidade e a riqueza das abordagens que fundamentam a Geografia Cultural enquanto subcampo da ciência geográfica. Conforme proposto por Valverde (2019) e complementado por Valverde (2024), estas tradições não constituem uma linha única e evolutiva, mas sim diferentes matrizes teóricas que continuam influenciando a produção geográfica contemporânea.

A tradição alemã, representada principalmente por Friedrich Ratzel, estabeleceu as bases para a compreensão da relação entre cultura e espaço ao introduzir conceitos fundamentais como o de *landschaft* e ao promover o diálogo entre Geografia e Antropologia. Apesar das interpretações reducionistas que frequentemente associam Ratzel ao determinismo ambiental, sua obra revela uma preocupação genuína com os processos de difusão cultural e com a capacidade humana de transformar o espaço.

A Escola de Berkeley, sob a liderança de Carl Sauer, consolidou a Geografia Cultural ao desenvolver o conceito de paisagem cultural e ao estabelecer uma

metodologia baseada na morfologia e na história da cultura. A influência do pensamento de Franz Boas e a adoção da perspectiva supraorgânica de Alfred Kroeber conferiram à escola de Berkeley uma abordagem que valoriza a cultura como força autônoma na produção do espaço, embora esta perspectiva tenha sido posteriormente criticada por seu caráter transcendental.

A Escola Francesa, por sua vez, contribuiu para os estudos culturais na Geografia por meio da noção de gênero de vida, desenvolvida por Vidal de La Blache, e pelas análises de autores como Jean Brunhes, Pierre Deffontaines e Maximilien Sorre. Apesar de a palavra "cultura" não ser usual na geografia francesa tradicional, substituída por termos como "civilização" ou "gênero de vida", esta tradição estabeleceu importantes vínculos entre Geografia e Antropologia, além de valorizar a dimensão histórica na compreensão dos fenômenos espaciais. No entanto, Valverde (2024) critica duramente a limitação do discurso cultural na França, que tratava a cultura como "palavra proibida" e reduzia as manifestações culturais a anedotas dentro de um discurso predominantemente material e produtivista.

A abordagem contextual de Berdoulay (2013) mostrou-se fundamental para a compreensão dessas tradições, ao permitir a articulação entre fatores internos e externos à produção do conhecimento geográfico. Esta metodologia possibilita superar interpretações lineares e finalistas, reconhecendo que a diversidade das perspectivas culturais na Geografia constitui um repositório de ideias que continua relevante para os desafios contemporâneos. Valverde (2024) reforça essa perspectiva ao afirmar que "a Geografia pode estudar tudo aquilo que conseguirmos demonstrar: as qualificações que um determinado sistema de localizações projeta sobre o fenômeno em si" (p. 13).

A transição entre a Geografia Cultural tradicional e as abordagens mais recentes, marcada pela renovação ocorrida a partir da década de 1970, evidencia a capacidade de adaptação e transformação do pensamento geográfico. As críticas à ênfase excessiva no mundo rural, na análise do passado e na descrição em detrimento da compreensão abriram caminho para novas perspectivas que incorporam a subjetividade, a percepção e a complexidade das relações entre sociedade e espaço.

Referências

BARROS, N. C. C. de. Especiação na antropogeografia de Frederico Ratzel. **Revista de Geografia**, Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 24, n. 1, jan/abr. 2007.

BERDOULAY, V. A abordagem contextual. **Espaço e Cultura**, [S.l.], n. 16, out. 2013. p. 47-56.

BERDOULAY, V. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

BOAS, F. **Anthropology and modern life**. Nova Iorque: The Norton Library, 1962.

BOMFIM, P. R. de A. Pierre Gourou, civilização e trópicos. **Terra Brasilis** (Nova Série), n. 9, 2017.

CAMPOS, R. R. de. A escola alemã de geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n. 2, p. 9-67, ago. 2001.

CARVALHO, M. B. de. Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação? **Revista Terra Livre**, n. 13, ago. 1997.

CLAVAL, P. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na geografia. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 35-86.

CLAVAL, P. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 59-98.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a escola de Berkeley - uma apreciação. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 9-34.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

COSGROVE, D. E; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 135-146.

DUNCAN, J. S. O supra-orgânico na geografia cultural americana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 63-102.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HARTSHORNE, R. **The nature of geography**: a critical survey of current thought in the light of the past. Pensilvânia: Association Lancaster, 1939.

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Z, CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 149-168.

MARTINS, L. de L. Friedrich Ratzel. **GEOgraphia**: Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2001. p. 92-94.

MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena história crítica. São Paulo: Annablume, 2007.

MORÁN, E. **Ecologia humana das populações da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1990.

PICCHI, B. **A Geografia Cultural no Brasil e sua difusão: de 1990 a 2020.** Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RATZEL, F. Antropogeografia. In: MORAES, Antônio Carlos Robert. (Org.). **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 12-74.

SAUER, C. O. Desenvolvimentos recentes em geografia cultural. In: CORRÊA, R. L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Geografia cultural: um século (1)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000a. p. 15-98.

THIESSE, A-M. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa. **Educação** (UFSM), Santa Maria, p. 13-28, abr. 2009.

TYLOR, E. B. A guide-book to the study of Man and Civilization. **Gateway to Ratzel's history of mankind**, 2009. Disponível em: https://www.inquirewithin.biz/history/history_introduction.htm. Acesso em: 10 fevereiro de 2026.

VALVERDE, R. R. H. F. Abordagens culturais em geografia. **Grupo de pesquisa em geografia cultural e social**, 2019. Disponível em: <gpgeocs.blogspot.com>. Acesso em: 23 nov. 2019.

VALVERDE, R.R.H.F. **O jogo da amarelinha: saltos para a institucionalização da geografia cultural no Brasil**. São Paulo: FFLCH/USP, 2024.

WAGNER, P. L; MIKESSEL, M. W. **Readings in cultural geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1962.